

ENSINO DE SAÚDE NA ESCOLA: BARREIRAS E DIFICULDADES ENFRENTADAS POR PROFESSORES DOS ANOS INICIAIS EM UM MUNICÍPIO DO SUL DO BRASIL

HEALTH TEACHING AT SCHOOL: BARRIERS AND DIFFICULTIES FACED BY TEACHERS IN THE EARLY YEARS IN SOUTHERN BRAZIL CITY

Vinicius Jardim Oliano¹

viniciusoliano.aluno@unipampa.edu.br

Joana Renner Bandeira¹

joanabandeira.aluno@unipampa.edu.br

Leonardo Borges Rodrigues¹

leonardoborges.aluno@unipampa.edu.br

Simone Lara¹

simonelara@unipampa.edu.br

¹Universidade Federal do Pampa – UNIPAMPA, BR-472 Km 7, Uruguaiana, 97500-970, RS, Brasil

RESUMO

Essa pesquisa qualitativa, de caráter exploratório e descritivo, teve como objetivo analisar as barreiras e dificuldades percebidas por professores dos anos iniciais de uma escola pública em um município da fronteira oeste do Rio Grande do Sul, sobre a abordagem da temática saúde no contexto escolar. Foram incluídos docentes dos quartos e quintos anos do Ensino Fundamental de uma escola pública estadual, que responderam um questionário via *google forms*, constando de seu perfil profissional, e posteriormente participaram de uma entrevista semiestruturada construída pelos pesquisadores, a fim de compreender aspectos do trabalho em saúde na escola e dificuldades percebidas nesse contexto. As percepções dos professores foram analisadas por meio da análise de conteúdo de Bardin (2016). Foram incluídos dezesseis (16) professores, sendo a maioria do sexo feminino (87,5%), com média de idade de 47,5±6,90 anos. Cabe destacar que a maioria dos professores apresentou formação em pedagogia (50%), com pós-graduação (81,3%), carga horária semanal de 40 horas (56,3%). Percebemos que a maioria dos docentes relatou dificuldades em trabalhar temáticas relacionadas à saúde no ambiente escolar, especialmente sobre sexualidade e alimentação saudável, e questões como a falta de formação docente e a falta de apoio junto à família do educando foram algumas das barreiras citadas pelos professores nesse processo. Dessa forma, reforçamos a importância de fomentar ações de formação continuada em saúde nos professores, para que esses encontrem estratégias que melhor se adaptem às suas realidades e contextos.

PALAVRA-CHAVE: educação e saúde; sexualidade; alimentação; formação continuada.

ABSTRACT

This qualitative, exploratory and descriptive research aimed to analyze the barriers and difficulties perceived by teachers in the early years of a public school in a city on the western border of Rio Grande do Sul, regarding the approach to health in the school context. Teachers from the fourth and fifth grades of Elementary School at a state public school were included, in which they answered a questionnaire via google forms, consisting of their professional profile, and later participated in a semi-structured interview built by the researchers, in order to understand aspects of the work in health at school and perceived difficulties in this context. Teachers' perceptions were analyzed using Bardin's (2016) content analysis. Sixteen teachers were included, most of them female (87.5%), with a mean age of 47.5 ± 6.90 years. It is worth noting that most teachers had training in pedagogy (50%), with postgraduate studies (81.3%), and a weekly workload of 40 hours (56.3%). We noticed that most teachers reported difficulties in working on health-related issues in the school environment, especially on sexuality and healthy eating, and issues such as lack of teacher training and lack of support from the student's family were some barriers cited by teachers in this study. process. In this way, we reinforce the importance of promoting continuing education actions in health for teachers, so that they find strategies that best adapt to their realities and contexts.

KEYWORDS: *education and health; sexuality; food; continuing education.*

INTRODUÇÃO

A educação em saúde é um recurso por meio do qual os conhecimentos em saúde são transmitidos por profissionais para contemplar a vida cotidiana, a fim de proporcionar a adoção de hábitos e condutas mais saudáveis (ALVES, 2005). Assuntos relacionados à saúde são abordados no contexto escolar desde os anos iniciais, sendo que essa temática passou a ter maior notoriedade a partir de 1971 com a Lei Nº 5.692 de Diretrizes e Bases da Educação, que tornava obrigatória a inclusão de Programas de Saúde no currículo. Mais tarde, com a criação dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs), a educação para a Saúde passou a ser considerada um Tema Transversal (BRASIL, 1997). Mais recentemente, desenvolveu-se a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), um documento normativo que guia as aprendizagens essenciais durante a Educação Básica. Essa compreende que, ao final do ensino fundamental, o aluno deve ter entendimento do cuidado integral à sua saúde física, mental, sexual e reprodutiva (BRASIL, 2015).

No que diz respeito às políticas públicas brasileiras, no ano de 2007, foi instituído pelos Ministérios da Saúde e da Educação o Programa Saúde na Escola (PSE), o qual possui como objetivo contribuir para a formação integral dos estudantes, impactando positivamente na qualidade de vida desses ao propor ações de promoção, prevenção e atenção à saúde. Com isso, dentre as ações do PSE, podemos destacar a prevenção das infecções sexualmente transmissíveis (ISTs) e o uso de drogas, bem como a promoção da alimentação saudável, da saúde mental e da prática de atividade física (BRASIL, 2015).

Além dos documentos oficiais e da construção de políticas públicas acerca do trabalho de saúde na escola supracitados, sua abordagem no contexto escolar se faz importante uma vez que temos vários temas urgentes, considerados problemas de saúde pública em nosso país, que devem ser trabalhados ainda em fases precoces de desenvolvimento humano, ou seja, com crianças e adolescentes, em sala de aula, para proporcionar uma consciência crítica sobre a promoção de saúde e a adoção de comportamentos saudáveis.

Sobre esses temas urgentes em saúde, observamos, em nosso país, os níveis crescentes de obesidade na infância e na adolescência. Um estudo de revisão (CORREA et al., 2020) apontou para uma elevada incidência de sobrepeso e obesidade na infância, em crianças de 0 a 11 anos de idade, independente do sexo e nível socioeconômico. Os autores destacaram que esse fator se deve, principalmente, por um padrão alimentar com altos níveis de alimentos processados de fácil consumo, bem como um aumento dos níveis de inatividade física nessa população. Corroborando, o estudo de Vasconcellos et al. (2021), ao comparar duas pesquisas transversais realizadas em 2010 e 2017 com estudantes do 6º ao 9º ano da rede pública municipal de Niterói, encontrou uma diminuição na média de tempo semanal em prática de atividade física, bem como verificou que essa média estava bem abaixo do tempo recomendado para essa população e, além disso, observou que houve aumento de 40% na prevalência de obesidade nesse período de 07 anos.

Questões relacionadas com a drogadição também representam outro tema urgente em saúde a ser considerado, uma vez que os índices referentes ao uso de drogas entre adolescentes são altos, como podemos perceber no estudo de Paz et al. (2018). Esses autores incluíram 3.464 alunos de 12 a 17 anos, e verificaram uma prevalência anual no uso de cigarro de 9,8%, de álcool 46,2% e drogas ilícitas 10,9%.

No Brasil, até meados da década de 80, a gestação na adolescência não era considerada uma questão de saúde pública, tendo sido observado esse fenômeno apenas no final do século XX, em que o índice de mães com menos de 20 anos passou de 16,38% em 1991 para 21,34% em 2002 (IBGE). Considerando que, conforme Diaz e Diaz (1999), a iniciação sexual vem ocorrendo cada vez em idades mais precoces, discutir gravidez na adolescência em um contexto com profundas desigualdades sociais, raciais/étnicas e de gênero como o do Brasil demanda acuidade, competência teórica e técnica, e principalmente respeito à vida de milhões de adolescentes (CABRAL e BRANDÃO, 2020).

Contudo, apesar da relevância da abordagem da temática saúde na escola, muitos são os desafios encontrados pela comunidade escolar, no que tange aos aspectos de ensino e aprendizagem em saúde, como evidencia o estudo de Silva et al. (2017). Esses autores buscaram investigar as dificuldades encontradas pelos docentes no trabalho sobre saúde no contexto escolar, e encontraram que, apesar de a maioria dos professores concordar que é de responsabilidade de todos abordar o tema Saúde na escola, reiteraram que precisam de formação continuada e de material didático de qualidade a fim de dar-lhes suporte para realizar esse trabalho.

Com base nesses aspectos, o objetivo deste estudo foi analisar as barreiras e dificuldades percebidas por professores dos anos iniciais de uma escola pública em um município da fronteira oeste do Rio Grande do Sul, Brasil, sobre a abordagem da temática saúde no contexto escolar.

METODOLOGIA

Trata-se de uma pesquisa qualitativa, de caráter exploratório e descritivo em seu desenvolvimento (GIL, 2010), em que foi selecionada, por conveniência, uma escola da rede pública estadual, em um município no sul do Brasil, no período de setembro a dezembro de 2021. Inicialmente, foi proposta uma reunião inicial com a equipe diretiva e docentes dos quartos e quintos anos das séries iniciais do Ensino Fundamental, a fim apresentar o projeto de pesquisa, proporcionando espaço para troca de discussões, esclarecimento de dúvidas, dentre outros aspectos. Após esse momento, os professores que aceitaram participar do projeto assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE). O estudo foi

aprovado pelo Comitê de Ética e Pesquisa da Universidade Federal do Pampa, sob o número 4.243.616.

O estudo ocorreu em duas etapas, assim sendo:

- Etapa 1: Os professores responderam um questionário via *google forms*, constando de seu perfil profissional, carga horária semanal, tempo de atuação docente, presença de formação continuada em saúde e conhecimento sobre o PSE.

- Etapa 2: Os professores responderam a uma entrevista semiestruturada construída pelos pesquisadores (Quadro 1), com o objetivo de compreender aspectos do trabalho em saúde na escola e dificuldades percebidas nesse contexto. Após as entrevistas, as falas foram transcritas, e, para a análise dos dados, as respostas foram analisadas através da análise de conteúdo de Bardin (2016). A mesma consiste na pré-análise, fase de operacionalização e sistematização das ideias iniciais; na exploração do material, em que ocorre a codificação, decomposição ou enumeração; e no tratamento dos resultados, na inferência e na interpretação, visando resultados significativos e válidos para descrever a percepção dos professores sobre os aspectos avaliados. Ademais, foi utilizada a nuvem de palavras para melhor apresentação das percepções dos professores, visto que essa ferramenta compreende uma forma de visualização de dados linguísticos, que mostra a frequência com que as palavras aparecem em um dado contexto (MCNAUGHT e LAM, 2010).

Quadro 1: Entrevista semiestruturada sobre o trabalho em saúde no contexto escolar, e dificuldades percebidas pelos professores dos anos iniciais

O que é saúde para você?
Você trabalha saúde na escola? Se sim, acredita ser importante trabalhar saúde na escola? Por quê?
Quais as barreiras/dificuldades que você encontra em trabalhar saúde no contexto escolar e em quais temáticas têm mais dificuldade em trabalhar saúde na escola?

Fonte: Os autores, 2021.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Nessa primeira etapa do estudo, foram incluídos 16 professores, sendo a maioria do sexo feminino (87,5%), com média de idade de $47,5 \pm 6,90$ anos (Tabela 1). Cabe destacar que a maioria dos professores apresentava formação em pedagogia (50%), com pós-graduação (81,3%), carga horária semanal de 40 horas (56,3%), atuante em mais de uma escola (68,8%). Sobre aspectos de formação continuada em saúde na escola, cerca de 87,5% dos professores relataram não realizar nenhuma formação nesta área. Ademais, 81,3% afirmaram não conhecer o Programa Saúde na Escola (PSE).

A feminização da profissão de Pedagoga historicamente vem desde o século XIX, pois na época, a maioria da população brasileira era considerada analfabeta, precisando assim de que a população fosse mais letrada para exercer o trabalho livre. Com isso, as mulheres de classe média (não religiosas) começaram a ser cogitadas como educadoras, inicialmente, em jardins de infância e escolas primárias. Para as mulheres de classe média era uma opção trabalhar por um período, sendo que no outro período ela estaria em casa conciliando a

educação de seus filhos e os afazeres domésticos com sua atuação docente. Associada a isso, a desvalorização salarial e desprestígio da profissão docente, muitos homens na época afastaram-se da docência (TANURI, 2000).

Tabela 1: Perfil dos professores incluídos no estudo

Dados Iniciais	N	(%)
Sexo		
Masculino	02	87,5%
Feminino	14	12,5%
Idade		
20-30 anos	01	6,3%
30-40 anos	01	6,3%
40-50 anos	09	56,3%
>50 anos	05	31,3%
Formação Inicial		
Pedagogia	08	50%
Educação Física	03	18,8%
Outros	05	31,3%
Pós-Graduação		
Sim	13	81,3%
Não	03	18,8%
Tempo de docência		
0-10 anos	06	37,4%
11-20 anos	02	12,5%
>20 anos	08	50%
Tempo de docência na escola		
0-10 anos	11	68,8%
11-20 anos	02	12,5%
>20 anos	03	18,8%
Atua em mais de uma escola		
Sim	11	68,8%
Não	05	31,3%
Carga Horária		
20h	4	25%
40h	09	56,3%

50	02	12,5%
60h	01	6,3%
Curso de formação em saúde		
Sim		12,5%
02		
Não		87,5%
14		
Conhece o PSE?		
Sim		18,8%
03		
Não		81,3%
13		

Fonte: Os autores, 2021.

Com a criação do curso de Pedagogia no Brasil no ano de 1939, buscava-se formar pedagogos e pedagogas para atuarem nas escolas secundárias (AGUIAR, 1997). Já na década de 1970, a pedagogia passou por uma reestruturação buscando uma racionalidade técnica, passa a formar também especialistas técnicos, ofertando a formação também em administração escolar, orientação educacional, supervisão escolar e inspeção escolar e a formar docentes para ministrar aulas nos cursos normais, atendendo a demanda que determinava a Lei da Reforma Universitária nº 5540/68. No ano de 1996, mais uma vez o curso de Pedagogia foi reformulado em cima da LDBN, buscando formar profissionais para atuar no magistério, na gestão e na organização do trabalho pedagógico, com isso as representações sociais de gênero constituídas em relação às professoras normalistas foram estendidas às pedagogas professoras, havendo assim um predomínio quase que absoluto de mulheres, feminizando a profissão, culturalmente, até os dias de hoje, assim o preconceito sobre homens pedagogos se dá devido ao ocorrido ao longo dos tempos (TANURI, 2000).

Ao compararmos com o nosso estudo, observamos que a grande maioria dos professores são do sexo feminino, indo ao encontro com a literatura. Ademais, grande parte dos professores são pós-graduados, sendo um aspecto positivo nos processos de ensino e aprendizagem. Nesse sentido, a busca por conhecimento deve ser contínua. Podemos ver que o caminho da graduação não é o limite para um bom educador, mas sim, que se deve buscar novas formas de conhecimentos através de cursos e pós-graduações para aperfeiçoar as habilidades. Para Wiebusch et al. (2015), ao darmos importância à formação continuada nos espaços formativos que frequentamos, isso nos impulsiona cada vez mais e nos faz acreditar que ser professor é estar em constante formação, cujo processo ocorre de diversas formas e em quaisquer tempos e espaços. WIEBUSCH et al. (2015) relatam que o sujeito, ao trabalhar sua formação, encontra seus meios e formas para constituir seu processo formativo, pois devemos sempre considerar que a formação se dá do interior para o exterior. Ferry (2004) corrobora, ao afirmar que, para se ter uma formação significativa, o sujeito deve considerar três aspectos, sendo eles: o tempo, espaço e relação com a realidade.

Contudo, apesar do expressivo número de professores pós-graduandos em nosso estudo, poucos têm uma formação continuada em saúde, sendo que a grande maioria não conhecia o PSE, programa nacional que trabalha diretamente a saúde nos espaços escolares, juntamente com equipes de saúde das estratégias de saúde da família. De fato, a falta de

saúde, a exemplo do nosso trabalho (36,37%), e tais dados chamam a atenção para fomentar estratégias de formação continuada em saúde no contexto escolar.

Em nosso estudo, todos os professores relataram trabalhar saúde na escola, e quando questionados sobre a importância desse trabalho, duas categorias emergiram com mais frequência (27,27%), conforme o Quadro 2. Na primeira, os professores atrelaram a relevância do trabalho de saúde na escola para promover a própria saúde do escolar e a sua relação com a aprendizagem, pois o aluno mais saudável aprende melhor, conforme destaca o seguinte relato:

P1: "Totalmente importante, porque o bem-estar, estando relacionado à saúde física e mental, reflete em todos os aspectos do sujeito na escola, na sua aprendizagem principalmente. Uma criança/adolescente estando bem em sua saúde física e mental vai atingir os objetivos da aprendizagem".

A segunda versou sobre a importância do papel da escola em atuar junto com a família no processo de educação e saúde, conforme os relatos:

P5: "Sim, é fundamental; os alunos trazem algum conhecimento de casa, mas é preciso na escola estar retomando isso constantemente".

P6: "É muito importante porque os alunos precisam ter esse entendimento e, muitas vezes, isso não é passado pela família".

Quadro 2: Percepção dos professores sobre a importância do trabalho de saúde na escola

Categoria	n	%
Importância da temática na escola para a promoção de saúde do escolar e sua relação com a aprendizagem	3	27,27%
Escola como coadjuvante junto à família, para melhorar o conhecimento dos alunos sobre saúde	3	27,27%
Conscientização dos alunos quanto aos hábitos saudáveis-alimentação	2	18,18%
Outras categorias	3	27,27%

Fonte: Os autores, 2021.

Ao analisarmos as percepções dos professores, podemos ver a importância que a escola assume enquanto local promotor de saúde aos seus educandos, articulando esses saberes junto ao ambiente familiar. Sob esse olhar, Casemiro et al. (2014) destacam que a escola representa um espaço estratégico para a abordagem de temáticas em saúde uma vez que agrupa, num mesmo espaço, crianças que, sendo concebidas como "massa modelável", são capazes de reproduzir no ambiente familiar os ensinamentos aprendidos na escola. Horta et al. (2014) corroboram que o adolescente bem informado agora será o adulto saudável de amanhã, em que hábitos e atitudes saudáveis, aprendidos de forma precoce, ainda na infância e na adolescência, no contexto escolar, podem se perpetuar para fases adultas. De fato, ensinar e promover saúde na escola é imprescindível, pois, segundo Costa,

Silva e Diniz (2008), uma das formas de promover saúde e incentivar práticas de vida saudáveis é utilizar-se do processo de educação e saúde, quando se oportuniza o compartilhamento de saberes na busca de soluções para diversas problemáticas.

Quando questionados sobre as temáticas que mais tem dificuldades em trabalhar saúde na escola e quais as barreiras/dificuldades nesse contexto, percebemos, através da nuvem de palavras (Figura 2), que a temática relacionada com a sexualidade esteve presente na maioria dos relatos (54,54%), seguido pelo tema alimentação saudável (18,18%).



Figura 2: Temáticas com maiores dificuldades de abordagem na escola e barreiras percebidas pelos professores nesse contexto

Fonte: Os autores, 2021.

Em relação às dificuldades para abordar a temática sexualidade na escola, os professores descreveram questões como a falta de formação docente e aspectos relacionados à falta de entendimento da família acerca da relevância desse tema no contexto escolar, presentes em alguns relatos:

P1: “pode-se considerar que a dificuldade maior foi quanto à aceitação dos pais dos escolares quando tratado o tema sexualidade (no que se refere à transformação do corpo, menstruação, etc) – foi questionada pelos pais, pois diziam que as crianças não tinham idade para saber desses assuntos, entretanto foi explicado que não era sobre sexualização das crianças, mas sim sobre a importância de conhecerem e cuidarem da saúde do seu corpo”.

P11: "Maior dificuldade sobre a questão da sexualidade, por conta do tabu que já vem de muito tempo de não falar sobre isso".

P2: *"Como trabalho com o 4º ano, acabo não abordando muito a questão da sexualidade – não tenho muita preparação para isso".*

Percebemos, por meio das percepções dos professores, que esses encontram dificuldades em trabalhar a temática sexualidade no ambiente escolar devido a própria resistência no âmbito familiar do aluno. Ainda, frequentemente, os pais acham muito precoce trabalhar essa temática com crianças em idade escolar, levando essas considerações até a direção da escola. Esses aspectos fazem com que, cada vez mais, a abordagem dessa temática na escola seja deixada de lado pelos educadores, com receio de encontrar resistência dos familiares, mesmo sendo um tema tão importante de ser trabalhado nos espaços educacionais.

Indo ao encontro dessas considerações, Soares e Monteiro (2019) descrevem que a não aprovação da direção da escola para implantar um projeto sobre sexualidade, restrições dos pais dos/das alunos/as à temática e a postura conservadora de alguns alunos/as que se negam a discutir o tema em sala de aula são algumas das barreiras encontradas pelos professores para abordagem da temática no ambiente escolar. Sob esse olhar, Britzman (1998) reitera que o conhecimento dominante da sexualidade sempre esteve ligado e constituído pelos discursos do pânico moral, pela suposta proteção de crianças inocentes, pelo eugenismo da normalização e pelos perigos das representações explícitas da sexualidade, criando um tabu de barreiras e medo dos professores em trabalhar tal temática.

Conforme Franco-Assis, Souza e Barbosa (2021), os educadores carecem de uma formação que contribua com maiores conhecimentos sobre o tema relacionado à sexualidade, bem como uma maior dedicação para manterem-se atualizados. Além da importância da formação docente com essas temáticas, os autores complementam que essas discussões devem se estender aos diretores e aos profissionais de equipes pedagógicas, pois eles participam da criação de projetos e da construção do currículo escolar, podendo, muitas vezes, fomentar estratégias que tragam a família como parceira e corresponsável nesse processo de abordagem com essas temáticas.

Em relação às barreiras percebidas sobre a abordagem da temática alimentação saudável na escola, os professores reiteram a falta de articulação com a família, em que, muitas vezes, o que é trabalhado em sala de aula não é colocado em prática em casa (P4), bem como a falta de compreensão/conscientização, por parte dos alunos, sobre cuidados com o corpo, incluindo a alimentação saudável (P5), como segue:

P4: *"A alimentação saudável; não é uma barreira na escola, mas quando os alunos vão pôr em prática em casa, com a família, vejo que é uma barreira porque não se tem a exigência/costume de comer verduras, frutas – falta entrosamento do que é falado na escola com o que é vivido em casa, por isso a falta de conscientização da família é uma barreira";*

P5: *"Maior dificuldade dos alunos (se referindo ao 5º ano) na compreensão quanto ao corpo humano, porque a partir dali se tem dificuldade para entender como funcionam os cuidados que temos que ter com o corpo, como a alimentação..."*

Através dessas percepções, percebemos que a temática alimentação saudável por si só, não representa uma barreira para ser trabalhada na escola, contudo a dificuldade está na falta de conscientização/articulação entre a escola e a família do educando, no sentido de

que as questões trabalhadas na escola sobre alimentação saudável, frequentemente, não são colocadas em prática no ambiente familiar do aluno. Um dos obstáculos que pode explicar em parte essa fragilidade está relacionada a própria rotina atual das famílias, no qual o preparo da alimentação tem sido cada vez mais através de alimentos industrializados, de fácil preparo, por questões de otimização do tempo, bem como lanches e outras refeições em locais de venda de alimentos de fast food, fazendo com que crianças e adolescentes sigam essa rotina de alimentação não saudável pela cultura alimentar de seus pais.

Sipioni et al. (2021) ressaltam que a formação dos hábitos alimentares é influenciada por fatores diversos, sendo iniciada na infância, em que, ao ser inserido no ambiente escolar, estará suscetível a experimentar novos alimentos, alterando seus hábitos alimentares por influências sociais nesse “novo” espaço social. Nesse momento, é de extrema importância envolver a família, a comunidade escolar e os próprios educandos no planejamento das atividades educativas sobre sua alimentação, priorizando aquelas que se adequam à realidade dos sujeitos, permitindo uma melhor assimilação dos objetivos envolvidos.

Nesse aspecto, o estudo proposto por Medeiros e Rotta (2022) buscou analisar as publicações das edições de 2011 a 2019 do Encontro Nacional de Pesquisa em Educação em Ciências – ENPEC, que fazem referência às perspectivas da abordagem da temática alimentação no ensino de Ciências. Os resultados mostraram que trabalhos que promovem a preparação dos professores para a abordagem da temática ainda são escassos nesse contexto, e os autores reforçam a necessidade de fomentar as discussões sobre a formação de professores realizadas com base na temática alimentação, para que as práticas pedagógicas sejam realizadas de forma mais consciente e atual.

Desse modo, torna-se de extrema importância a formação continuada dos professores, com temas em saúde, para reduzir as barreiras que os professores encontram em trabalhar essa temática em sala de aula, uma vez que, segundo Santos et al. (2016), a busca por formação continuada torna os profissionais mais qualificados e mais preparados para trabalhar com temas os quais encontrem dificuldades. Corroborando, Marin et al. (2011) descrevem que ações de formação continuada são entendidas como uma construção de conhecimento coletivo, que envolvem desde as necessidades históricas, as experiências de vida pessoal e profissional e os conhecimentos historicamente construídos. Ademais, Ovigli e Bertucci (2009) descrevem que esse aprendizado pedagógico deve demonstrar onde o conhecimento apresentado em sala de aula está presente nas vidas dos sujeitos e as implicações desses conhecimentos na sociedade, para que essa aprendizagem se dê de forma significativa.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Percebemos, no presente estudo, que muitas são as barreiras, no que tange ao trabalho de saúde na escola, percebidas por uma amostra de professores dos anos iniciais do ensino fundamental. Dentre elas, destacamos o despreparo dos professores, muito provavelmente pelo fato de que a grande maioria nunca realizou curso de formação continuada em saúde, e também não tem conhecimento sobre políticas públicas na área, como o desenvolvimento do PSE na escola. Além dos aspectos de formação, os professores relataram uma resistência da família sobre algumas temáticas, como a sexualidade, bem como a falta de articulação de saberes entre o que é trabalhado em sala de aula e o que é praticado em casa, no âmbito familiar, como, por exemplo, os temas relacionados à alimentação saudável.

Com base em nossos resultados, percebemos que, apesar da inegável importância do trabalho de saúde no contexto escolar, ainda há fragilidades e barreiras significativas, que impossibilitam que esse trabalho seja efetivo nos espaços escolares. De fato, é na escola que vamos moldando a sociedade que buscamos para o futuro, em que a temática saúde deve ter uma melhor visão dos poderes públicos e sociedade em geral, para termos políticas públicas que melhor preparem os educadores, tendo um trabalho multidisciplinar entre os órgãos de saúde e escola e um maior envolvimento da família, demonstrando que o trabalho coletivo fortalece o conhecimento, fazendo com que tenhamos uma sociedade mais saudável.

AGRADECIMENTOS

Agradecemos a FAPERGS e ao CNPQ pelo apoio nessa pesquisa.

REFERÊNCIAS

AGUIAR, M. A. Institutos superiores de educação na nova LDB. In: BRZEZINSKI, I. (org.). **LDB interpretada: Diversos olhares se entrecruzam**. São Paulo: Cortez, 1997.

ALVES, V. S. A health education model for the Family Health Program: towards comprehensive health care and model reorientation, **Interface - Comunic., Saúde, Educ.**, v.9, n.16, p.39-52, set.2004/fev.2005.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. 3ª reimp. da 1ª ed. São Paulo: Edições, v. 70, 2016.

BRASIL, Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros curriculares nacionais: Saúde**. Brasília: MEC/SEF, 1997.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular: Educação Infantil e Ensino Fundamental**, 2015.

BRITZMAN, D. Sexualidade e cidadania democrática. In: SILVA, Luis Heron da (org.). A escola cidadão contexto da globalização. **Petrópolis: vozes**, 1998. p. 154-171.

CABRAL, C. S.; BRANDÃO, E. R. Gravidez na adolescência, iniciação sexual e gênero: perspectivas em disputa. **Cadernos de Saúde Pública [online]**. 2020, v. 36, n. 8.

CASEMIRO, J. P.; FONSECA, A. B. C.; SECCO, F. V. M. Promover saúde na América escola: a partir de uma revisão sobre saúde escolar na Latina. **Ciênc. saúde coletiva [online]**. 2014, vol.19, n.3.

COSTA, F. S.; SILVA, J. L. L.; DINIZ, M. I. G. A importância da interface educação/saúde no ambiente escolar como prática de promoção da saúde. **Informe-se em Promoção da Saúde**, v. 4, n. 2, p. 30-33, 2008.

CORREA, V. P.; PAIVA, K. M.; BESEN, E. et al. O impacto da obesidade infantil no brasil: revisão sistemática. **Revista Brasileira de Obesidade, Nutrição e Emagrecimento**, v. 14. n. 85. p.177-183, 2020.

DE CARVALHO, K. N., ZANIN, L.; FLÓRIO, F. M. Percepção de escolares e enfermeiros quanto às práticas educativas do programa saúde na escola. **Revista Brasileira de Medicina de Família e Comunidade**, v. 15, n. 42, p. 2325-2325, 2020.

DIAZ J, DIAZ M. Contracepção na adolescência. **Cad Juv Saúde Desenvol.** 1: 249-57, 1999.

DINIZ, M. C. P., OLIVEIRA, T. C.; SCHALL, V. T. Saúde como compreensão de vida: avaliação para inovação na educação em saúde para o ensino fundamental. **Rev. Ensaio**, 12, p. 119-144, 2010.

FERRY, G. Pedagogia de laformación. **Buenos Aires:** Centro de Publicaciones Educativas y Material Didáctico, 2004.

FRANCO-ASSIS, G. A.; SOUZA, E. E. F; BARBOSA, A. G. Sexualidade na escola: desafios e possibilidades para além dos PCNSe da BNCC. **Brazilian Journal of Development**, Curitiba, v.7, n.2, p.13662-13680, 2021.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa.** 5 ed. São Paulo: Atlas, 2010.

HORTA, R. L. Uso na vida de substâncias ilícitas e fatores associados entre escolares brasileiros, Pesquisa Nacional de Saúde do Escolar (PeNSE 2012). **Rev.bras.epidemiol.** 17 (supl 1), 2014.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. (2002). *Estatística do Registro Civil* (vol. 29). Rio de Janeiro: IBGE.

MARIN, E. C. et al. Formação continuada em educação física: relação entre mundo do trabalho, políticas educacionais e educação. **Movimento (ESEFID/UFRGS)**, Porto Alegre, p. 259-278, jun.2011. ISSN 1982-8918.

MCNAUGHT, C; LAM, P. Using wordle as a supplementary research tool. **The Qualitative Report**, v.15, n. 3, p. 630-643, 2010.

MEDEIROS, L. P.; ROTTA J. C. G. As perspectivas de abordagem da alimentação saudável na educação em ciências: uma revisão bibliográfica, 2022. Acesso em: 25/05/22. **Anais** [VII Congresso Nacional de educação]. Disponível em: https://www.editorarealize.com.br/editora/anais/conedu/2021/TRABALHO_EV150_MD1_SA1_01_ID9314_01112021115612.pdf

OVIGLI, D. B.; BERTUCCI, M. S. A formação para o ensino de ciências naturais nos currículos de pedagogia das instituições públicas de ensino superior paulistas. **Ciências & Cognição**, Rio de Janeiro, v. 14, n. 2, p.194-209, 2009.

PAZ, F. M. et al. Promoção da saúde escolar e uso de drogas entre estudantes do Sul do Brasil. **Rev. Saúde Pública** 52, 2018.

SANTOS, M. E. T. et al. Tema transversal saúde no contexto escolar: análise da formação e da prática pedagógica docente nos anos iniciais da educação básica. **Revista Ciências & Ideias**, volume 7, N.1 – janeiro/abril 2016.

SILVA, R. P. N. et al. Concepções de Professores Sobre os Processos de Educação em Saúde no Contexto Escolar. **Revista contexto & educação**, v.32, n.103, p.146-164, 2017.

SIPIONI, E. et al. Percepções de professores da educação básica sobre alimentação saudável e educação alimentar e nutricional na escola. **Assoc. bras. Nutr.**; 12 (2):21-41, 2021.

SOARES, Z. P; MONTEIRO, S. S. Formação de professores/as em gênero e sexualidade. **Educar em Revista**, Curitiba, Brasil, v. 35, n. 73, p. 287-305, jan./fev. 2019.

TANURI, L. M. História da formação de professores. **Rev. Bras. Educ.** no.14 Rio de Janeiro May/Aug. 2000.

VASCONCELLOS, M. B. et al. Mudanças na obesidade, comportamento sedentário e inatividade física, entre 2010 e 2017, em adolescentes. **J. Phys. Educ.** 32, 2021.

WHO. Summary report on proceedings minutes and final acts of the international health conference held in New York from 19 June to 22 July 1946. **New York:** United Nations, World Health Organization Interim Commission, 1946.

WIEBUSCH, A., BREZOLIN, C. F., FARENZENA, M. L. – Pedagogas e suas trajetórias formativas: reflexões sobre a formação docente. Vivências. Vol. 11, N.21: p.158-170, Outubro/2015 Vivências: **Revista Eletrônica de Extensão** da URI ISSN 1809-1636.

ZANCHA, D. et al. Conhecimento dos professores de educação física escolar sobre a abordagem saúde renovada e a temática saúde. **Revista da Faculdade de Educação Física da UNICAMP**, Campinas, v. 11, n. 1, p. 204-217, jan./mar. 2013.

ZANCUL, M. de S., COSTA, S. da S. Concepções de professores de ciências e de biologia a respeito da temática educação em saúde na escola. **Experiências em Ensino de Ciências** V.7, No. 2, 2012.